

## **A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE NO SUJEITO: UMA LEITURA DA ÉTICA DO CUIDADO A PARTIR DA FILOSOFIA DE XAVIER ZUBIRI**

*THE CONSTRUCTION OF REALITY IN THE SUBJECT: A READING OF THE ETHICS OF CARE FROM THE PHILOSOPHY OF XAVIER ZUBIRI*

*Emerson Ginetti\**

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo tecer uma análise da ética do cuidado a partir da filosofia zubiriana, por oferecer muitas contribuições para o debate ético contemporâneo e as possibilidades de apresentar uma ética como um meio de ser e de estar no agir humano, dentro da sua realidade. O aspecto mais relevante da filosofia de Zubiri para a filosofia moral contemporânea, não se encontra tanto em suas reflexões expressas sobre a ética, como ponto de partida para a sua filosofia, mas de uma filosofia primeira, com implicações decisivas no campo da ética filosófica. Implicações que enriquecem o pensamento filosófico, não na observância do que é moral, mas para uma ética do cuidado. Partindo da tese de que o homem precisa assumir a realidade humana e se assumir com ela, determina o imperativo ético zubiriano. A história é o lugar da realização ética. A partir do momento em que o homem assume sua realidade, como algo dado no sentimento humano e não conquistado pela razão, desperta para um cuidado comum.

**Palavras-chaves:** Ética. Moral. Cuidado. Inteligência Senciente.

**Abstract:** This article aims to weave an analysis of the ethics of care based on Zubirian philosophy, as it offers many contributions to the contemporary ethical debate and the possibilities of presenting ethics as a means of being and being in human action, within its context. reality. The most relevant aspect of Zubiri's philosophy for contemporary moral philosophy is not found so much in his expressed reflections on ethics, as a starting point for his philosophy, but in a first philosophy, with decisive implications in the field of philosophical ethics. Implications that enrich philosophical thought, not in the observance of what is moral, but for an ethics of care. Starting from the thesis that man needs to accept human reality and accept it, determines the Zubirian ethical imperative. History is the place of ethical fulfillment. From the moment man accepts his reality, as something given in human feeling and not conquered by reason, he moves towards common care.

**Keywords:** Ethics. Moral. Careful. Sentient Intelligence.

### **Introdução**

*“E Deus viu que era bom”*.<sup>1</sup>

A ética é provavelmente a área filosófica que mais procura problematizar as questões relativas aos costumes e à moral de uma sociedade em toda sua complexidade. Na realidade, vivemos em um período em que o ser humano sente uma pressa em explicar problemas que afligem a humanidade: crise ecológica, crise de coexistência, crise no

---

\* Mestre em filosofia e mestrando em teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tem experiência em fenomenologia, ética e liturgia. Membro do grupo de pesquisa sobre Teologia litúrgica e Inteligência senciente em Xavier Zubiri, pela PUC-SP. E-mail.: emginetti@hotmail.com

<sup>1</sup> Gn 1, 18b.

sistema econômico mundial, crise na religião, e o surgimento das novas tecnologias médicas, a Inteligência Artificial e a necessidade imperativa de construir uma ética universal para lidar com tais problemas e realidades. Uma vez que essas necessidades tenham sido demonstradas, parece que não podemos mais apoiar-se em uma única resposta imediata e extensivamente. Se F. Dostoiévski escreveu em “Os Karamazov”: “Se Deus não existisse, tudo seria permitido”, agora, podemos afirmar que, sem um princípio ético, tudo estará perdido:

Como no tempo de Platão e de Aristóteles, também hoje somos arrastados por uma enxurrada de discurso e propaganda. (...) Por isso, mais que nunca é necessário hoje fazermos um esforço de submersão no real em que já estamos, para extrair com rigor de sua realidade ainda que sejam alguns pobres fragmentos de sua intrínseca inteligibilidade.<sup>2</sup>

A influência da filosofia de Ortega sobre Zubiri é decisiva e não parece se limitar a apresentá-lo à fenomenologia. Apesar de não ficar satisfeito com a fenomenologia de Husserl e de Max Scheler, por não apresentar aspecto metafísico em sua filosofia. Mas é provavelmente Ortega quem coloca Zubiri em uma perspectiva fenomenológica na qual a redução transcendental de Husserl não é assumida, determinando decisivamente o desenvolvimento da filosofia zubiriana.

O caminho tomado pela fenomenologia para a fundação das ciências e da própria ética é completamente diferente do caminho racional. É um caminho um tanto contrário que consiste na análise do que é imediatamente dado na apreensão.

Em contraponto com a hipótese cartesiana é a redução husserliana. Ortega acredita ter alcançado uma nova forma de análise da realidade, o que é decisivo é o fato de a realidade ser entendida como executividade em vez de objetividade. Nesta análise de realidade, não há objetivação, mas de responsabilidade vital: viver na realidade porque, neste nível, a intencionalidade é a abertura para responder as preocupações da realidade.

Para Zubiri, a realidade não é algo a ser conquistado, mas algo imediatamente dado no sentimento humano, antes da consciência e do entendimento, há o sentimento real: “o sentir, como realidade, é a patência “real” de algo. Em virtude disso, podemos dizer que o sentir é ser de verdade; isto é, o sentir é a realidade primária da verdade”<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> ZUBIRI, Xavier. *Inteligência e Realidade*. São Paulo: Ed. É Realizações, 2011. p. vi.

<sup>3</sup> ZUBIRI, Xavier. *Natureza, História, Deus*. São Paulo: Ed. É Realizações, 2011. p. 83.

## **1 Ética e experiência histórica**

A partir dessa abertura radical do sentimento humano à realidade, a filosofia não pode mais buscar evidências absolutas ou verdades eternas. A vida intelectual é aquela que avança, não mais pelas certezas e nem pelas verdades, mas pela busca de uma filosofia primeira:

A ciência nasceu somente numa vida intelectual. Não quando o homem esteve, como por acaso, de posse de verdades, mas justamente ao contrário, quando se viu possuído pela verdade. (...) O cientista de hoje deixou muitas vezes de levar uma vida intelectual. Em seu lugar, julga poder contentar-se com seus produtos, para satisfação, no melhor dos casos, uma simples curiosidade intelectual.<sup>4</sup>

Devido a esta abertura à realidade, a filosofia é duplamente ética. Ética por partir sempre de uma experiência histórica concreta e ética por constituir-se um hábito, uma disposição radical da existência humana.

Na obra de Zubiri “*Natureza, História, Deus*”, a reflexão filosófica é um prolongamento de uma experiência, ou seja, tudo aquilo que é adquirido no transcurso real e efetivo da vida: “*A experiência é o lugar natural da realidade. Portanto, qualquer outra realidade precisará estar implicada e exigida pela experiência*”<sup>5</sup>. Essa experiência básica está muito próxima do “*ser-no-mundo*” de Heidegger. Quando o ser humano toma consciência de que já está no mundo, ele deve aceitar a prioridade de seu ser no mundo.

Não limitando-se a essa observação, Zubiri propõe três novas experiências para o homem diante da ética do cuidado: experiência do mundo e das coisas, incluindo o homem mesmo; a experiência das situações, que põem à realidade nas mãos do homem e a experiência visual (horizonte), dos quais são possíveis diversas perspectivas (NHD 188). Diante disso, podemos afirmar que o conhecimento da historicidade da filosofia e dos seus resultados não leva necessariamente a uma concepção hermenêutica da filosofia, mas a uma filosofia primeira que põe um campo de discussão independente dos preconceitos particulares de cada tradição e a erradicação dos pressupostos da compreensão das coisas, dos outros e do homem mesmo. A filosofia é ética por buscar uma verdade primeira, além de todos os preconceitos e pressupostos que a ocultam.

O problema moral do nosso tempo é a falta do cuidado com o próximo, no sentido zubiriano, daquela realidade (próxima) que se apresenta diante de mim (realidade),

---

<sup>4</sup> ZUBIRI, Xavier. *Natureza, História, Deus*. São Paulo: Ed. É Realizações, 2011, p. 47

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_ p. 186.

partindo para fuga de si mesmo (hedonismo – individualismo) e a recusa em adotar atitudes radicais e definitivas. O problema da filosofia contemporânea está inseparavelmente ligado ao problema das formas de vida contemporâneas. Da mesma forma, a filosofia só pode ser concebida eticamente em Zubiri, a partir do modelo de vida. A filosofia é, portanto, radicalmente ética, não porque ela tenta orientar a ação, mas porque ela própria é um “*ethos*”, um “*habitus*”, uma disposição radical de experiência humana<sup>6</sup>. “*Quando a vontade assente na evidência racional, temos juízos verdadeiros; quando consente numa inclinação racional, temos atos bons*” (NHD 166), desse relacionamento que nascem a ciência e a moral.

## **2 Realismo de Xavier Zubiri**

Para o realismo de Xavier Zubiri<sup>7</sup>, a apreensão do sujeito na realidade acontece através da “*Inteligência Senciente*”, como processo existencial integrante, convergente, e não apenas racional ou sentimental, que rompem o sentir do inteligir, como se fossem duas faculdades distintas. É necessário unir o sentir e o inteligir na apreensão da realidade. Por causa da inteligência sensível, o ser humano é um animal de realidades.

A expressão “*inteligência senciente*” condensa a vastidão revolucionária do pensamento zubiriano, em sua luta para escapar do que ele chama de “*inteligência concipiente*”. Esta se opõe à “*inteligência senciente*” pois expressa uma teoria do conhecimento em que sentir e inteligir são faculdades distintas e até opostas. A inteligência senciente percebe à realidade, muito além dos estímulos, apreende-a como realidade. Neste processo, o que vem em primeiro lugar não é a razão, mas a inteligência sensível.

Inteligência Senciente é o modo de inteligir estruturalmente vinculado ao sentir. Assim o sentir humano é intelectual tanto quanto o inteligir é senciente. Reconhecer isso como um fato que não se pode contestar foi a grande contribuição de Zubiri para o homem de hoje, dividido e a se debater com sua própria “*esquizofrenia*”, por fazer do sentir e do inteligir faculdades separadas e até opostas. A filosofia de Zubiri iluminou o horizonte e trouxe de volta a unidade que faz do homem um animal de sentimento e pensamento, um animal inteligente que representa a unidade do Universo. É, portanto um fato incontestável que sentir e inteligir é um momento uno da inteligência humana. Então a

---

<sup>6</sup> ZUBIRI, Xavier. *Cinco lições de filosofia*. São Paulo: É Realizações, 2012, p. 264.

convicção da unidade indissociável entre o sentir e o inteligir iluminou, a nosso ver, a maior crise do pensamento atual, quando, desde os gregos foi-se consolidando a separação e até oposição que chamamos de “esquizofrenia” intelectual.

O conhecimento a partir da “teoria” antecede a realidade, a qual tem de encaixar-se na teoria de qualquer forma. Ou seja, a realidade é obrigada a enquadrar-se no conceito. É um caminho às avessas, porque o primário não é o conceito, mas a realidade.

E Zubiri formulou que tanto o sentir é intelectivo quanto o inteligir é senciente, pois são momentos de um único ato de apreensão senciente, cunhou a expressão “inteligência senciente”, para garantir a realidade como experiência daquilo que fica em nossa apreensão do real.

### **3 Impressão da Realidade**

Para Zubiri, há uma impressão modesta da realidade acessível na apreensão do sujeito na realidade, anterior a qualquer conclusão racional e linguístico. Ou seja, há um conhecimento ulterior daqueles apreendidos pelos sentidos, ou, até mesmo, adquiridos empiricamente. Sempre haverá uma impressão de realidade onde o eu e o mundo se encontram, ou seja, onde ambos aparecem em sua unidade original.

A partir desse novo nível de radicalidade, Zubiri repensa todos os problemas e, especialmente, o problema ético. Se no estágio anterior as formulações éticas não deixariam de ter um fundamento existencial, fruto da dualidade ainda mantida entre sentir e inteligir, entre realidade e ser, agora a reflexão ética voltará para a essa esfera primordial da realidade. O problema da ética do cuidado não será primordialmente um problema de existência, nem de ser, nem de um modo de vida, mas de realidade, de estar na realidade, nessa esfera aberta pela impressão de nossos sentidos. A razão, por sua vez, serve para conhecer cada vez melhor o que é real na chamada realidade externa; serve para nos tornar conscientes das relações que as coisas têm umas com as outras e sua interdependência universal.

A pessoa humana cria sua própria realidade ao se apropriar livremente das possibilidades que a própria realidade se apresenta ao sujeito: “O homem entende, pois, o que há, e o entende como sendo. O ser é sempre ser do que há. E esse haver se constitui na radical abertura em que o homem está aberto às coisas e se encontra com elas”.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> ZUBIRI, X. *Natureza, História, Deus. (NHD)* 1ª ed. São Paulo: Ed. É Realizações, 2010. p. 426.

Em sua trilogia “*Inteligência Senciente*”, Zubiri deixa claro que a comparação do homem com o animal tem um valor exclusivamente ilustrativo e que a apreensão da realidade não depende de nenhuma teoria etológica ou antropológica. O que é decisivo é que, por meio do confronto do homem com as coisas, com os outros e consigo mesmo, como uma realidade anterior ao ser e ao nada, ao surgimento do não, do quê e do porquê, o homem tem de realizar a ideia que tem de si mesmo, tem de realizar a si mesmo. Neste sentido que aparece a ética zubiriana, o fato que a inteligência sensível acessa e se instala na realidade antes de qualquer juízo ou de qualquer raciocínio.

O fato de o homem ter que justificar seus atos consiste no fato de que seus estímulos não o mantêm ajustado ao ambiente. A primeira impressão dada à inteligência é biológica; para ser viável, o ser humano precisa considerar à realidade e é justamente nesta abertura à realidade que surge o mecanismo de justificação: “Enquanto no animal o ajuste transcende diretamente de sua realidade orgânica para a realidade do ambiente, no caso do homem esse ajuste ocorre por meio do meio sutil de possibilidade”.<sup>9</sup>

Enquanto o animal consegue se ajustar por meio de suas próprias estruturas, no ser humano esse ajuste ocorre por meio de possibilidades, escolhendo e fazendo a própria retidão. Essa justificação tem três dimensões: a primeira que consiste em dar uma razão para a possibilidade escolhida, a segunda em dar razão para a razão, qual o critério temos para escolher, e a terceira em enraizar o critério de preferência nas tendências humanas. O que leva o homem a ter que escolher é, ao contrário do animal, a inconclusividade de suas tendências: “Consideremos as possibilidades como possibilidades que estão diante da inteligência do homem. E assim, como possibilidades, todas elas são igualmente possíveis. Uma delas é possível porque nós a escolhemos, mas todas elas são meramente possíveis antes de serem escolhidas”.<sup>10</sup>

A última, por sua vez, seria a dimensão mais decisiva, pois se permanecêssemos na segunda, a preferência pareceria ser completamente arbitrária e, conseqüentemente, não haveria coisas para o ser humano preferir a outras. O ser humano é forçado a preferir algo que não depende da própria preferência. Em última análise, podemos afirmar que, o problema da justificação não resulta apenas da estrutura relativa das possibilidades humanas, mas do desejo, ou seja, de uma força humana que não é meramente uma força de atração, uma vez que não desencadeia seus efeitos por si só, mas que nos preferir e torna as possibilidades desejáveis ou indesejáveis

---

<sup>9</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 347.

<sup>10</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 351.

Quando o homem é levado a preferir, isso abre um sistema de coordenadas ao qual ele se refere a uma coisa concreta para saber se ela é realmente desejável ou não. Isso depende de uma articulação entre as possibilidades reais de um objeto e aquilo que constitui o primeiro sistema de coordenadas que leva à preferência.<sup>11</sup>

Agora, por outro lado, se a tendência for inconclusiva, ela me leva a preferir e a desejar, mas não determina a preferência ou a conveniência de uma coisa. Essa preferência também não é determinada pelo conteúdo da coisa, pois o fato de ela ser agradável ou desagradável para mim transcende o conteúdo da coisa. O que leva minhas tendências a preferirem certas possibilidades e não as outras? Esse seria possivelmente um dos problemas fundamentais na ética de Zubiri.

Com diferentes respostas na filosofia, Zubiri não se satisfaz em reduzir a ética à sociologia, à pressão social, como é o caso da filosofia de Durkheim, pois cada época e cada sociedade daria origem a um sistema de valores, de normas e de concepções de homem e, em virtude disso, algumas coisas pareceriam preferíveis a outras.

Todo homem, pelo fato de viver em uma sociedade, recebe uma certa ideia do que o homem deve ser; ele recebe um sistema de valores, de normas etc. Tudo isso envolve uma ideia real e positiva do homem, à qual todos se referirão em todas as situações que surgirem em sua vida e à qual recorrerão para saber se algumas coisas são ou não preferíveis a outras. Esse sistema em vigor pode ser muito diferente em épocas diferentes, mas é a ele que o homem se refere em suas ações.<sup>12</sup>

E a segunda de pensar kantianamente na existência de um imperativo moral e categórico, no fato de um “*factum moral*” na razão humana, que nos instigaria permanentemente a cumprir nosso dever. Nesse imperativo da razão, nessa tendência puramente racional, o grau de preferência das coisas estaria inscrito, além de qualquer inclinação, no sentimento ou na lei social. Aqui, mais uma vez, o problema reside no fato de que o que pode ser uma parte da verdade não é toda a verdade. Em primeiro lugar, Kant teria trazido o problema da ética de volta a uma inteligência que julga, mas antes de todo o julgamento e proposição há apreensão da realidade. Quando a inteligência julga, o problema da preferência está resolvido. O imperativo chega tarde demais, não constitui a própria ação da inteligência: “As ações do homem, de acordo com Kant, são justificadas

---

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_ p. 354.

<sup>12</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 355.

não quando ele faz o que lhe vem à cabeça individualmente, nem quando faz o que a sociedade propõe ou ordena, mas quando ele faz por um senso de dever”.<sup>13</sup>

Em segundo lugar, Kant teria reduzido arbitrariamente o problema da justificação ao problema do dever. Não existe uma equação perfeita entre dever e moralidade. O dever não esgota a moralidade: “O caráter exorbitante da moralidade em relação ao que é devido é encontrado no fato de que a maioria das ações do homem não tem nada a ver com deveres ou conselhos”.<sup>14</sup>

Outra forma divergente é considerar a ética material dos valores, de Max Scheler, de pensar que existem valores materiais anteriores aos deveres. O problema é que esses valores, em vez de estarem presentes à inteligência pelo fato de ter de lidar com as coisas na forma de realidade, dependeriam, na visão de Scheler, da estrutura da subjetividade. Seja como for, o problema decisivo para Zubiri é que o homem está aberto a um reino de realidade, a um reino de bondade, que abre um sistema de coordenadas dentro do qual ele estabelecerá suas preferências. A realidade é a fonte do valor, do dever e da pressão social: “(...) não podemos dizer que as realidades são valores, mas que elas são a fonte de valor e, como fonte de valor, o que dizemos sobre elas é que são boas”.<sup>15</sup>

Portanto, a justificação nos leva ao problema da realidade moral. Frequentemente, em nossa sociedade, procuramos justificar ou legitimar uma determinada ação apelando para um bem abstrato separado da realidade, para valores, para normas, para algo que atua como uma medida da realidade, como se a moralidade fosse, em algum grau, extrínseca a ela, ou pelo menos como se não a abrangesse completamente. Zubiri nos faz ver que o problema já está mal colocado desde o início. A moralidade foi separada da realidade e a primeira coisa a fazer é reinscrevê-la na realidade.

#### **4 A construção da moral do cuidado na realidade**

Para Zubiri, a realidade humana é constitutivamente moral. Quando falamos da diferença entre a moralidade em si e à realidade humana, é fácil pensar que são dois polos: um à realidade, o outro o ideal. Para Zubiri, isso seria absolutamente quimérico. A moralidade não é um ideal no sentido último da palavra. O mais imoral dos homens está sujeito precisamente ao jugo da moralidade. Não se trata aqui de tomar os dois polos

---

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_ p. 356.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_ p. 357.

<sup>15</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 358.

facilmente opostos, mas precisamente de tomar uma realidade tal que ela não pode ser o que é, mas deve ser de alguma forma. O homem é, de fato, aquela realidade que não pode ser o que é, a menos que deva ser de alguma forma. Não há nenhuma ação humana do homem que não tenha um caráter moral, até mesmo uma criança já é infantilmente moral. Somente o animal é amoral (SH 366)

À existência humana compete, portanto, essencialmente, o ser em um mundo. A compreensão do ser, em vista do qual e desde o qual o homem existe, é, portanto também uma compreensão do mundo. É a partir dessa compreensão do mundo que minha existência tem o “cuidado” (Sorge, cura) de descobrir e compreender o que são todos os entes que há nesse mundo. Ou seja, a compreensão do ser desde o qual existo para mim mesmo é, ao mesmo tempo, a compreensão do ser que não é a própria existência.<sup>16</sup>

No pensamento zubiriano, a moralidade é sinônimo de apropriação de possibilidades (SH 407). O homem é uma realidade moral pelo fato de que sua vida é uma apropriação de possibilidades, qualquer que seja o fator mais determinante nessa apropriação de possibilidades (a intervenção de outros, o inconsciente, a pressão social, a cultura, o treinamento). De forma geral, a filosofia moderna teria trazido o problema moral para a órbita da intencionalidade, transformando a moralidade em uma questão de razão e de normas de vontade, e fazendo com que os atos humanos tivessem em si mesmos apenas um caráter físico (SH 379). A filosofia escolástica, que teria pelo menos o mérito de ter considerado a moralidade como algo físico, como um hábito ou realização do ser humano, também não teria apreciado o aspecto propriamente moral de todo ato humano.

Santo Tomás dirá que é justamente onde encontra à vontade se encontra a indeterminação do bem em geral e do bem determinado. (...) Na articulação entre a escolha dos vários fins, é que a vontade entra em jogo, pois a razão tem de determinar aquele bem geral indeterminado do homem, é a inclinação ao bem geral, e como a vontade tem de escolher.<sup>17</sup>

A vontade busca o bem em geral (fim) e haveria uma escolha de coisas (meios) com base em uma razão que a conceberia de forma diferente, o que daria origem a uma divisão entre fins e meios que depende de toda uma construção metafísica que é mais do que discutível.

---

<sup>16</sup> ZUBIRI, Xavier. *Cinco lições de filosofia*. São Paulo: É Realizações, 2012, p. 253.

<sup>17</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 367.

## **5 O bem moral na filosofia zubiriana**

O problema do bem moral, como todo o plexo de categorias utilizadas na reflexão ética, Zubiri o reconsidera a partir desse caráter moral que todo ato humano tem por ser uma apropriação de possibilidades. Portanto, a coisa mais elementar que pode ser dita sobre o bem é que ele é o caráter apropriável das coisas.

A realidade é boa na medida em que pode ser apropriada pelo homem, isso é o que formalmente constitui o bem. A realidade é boa na medida em que oferece possibilidades que podem ser apropriadas pelo homem, e elas são naturalmente assim porque o homem realmente as tem. E ele realmente as tem por que à realidade física lhe oferece possibilidades reais.<sup>18</sup>

As propriedades apropriáveis não pertencem às coisas como suas propriedades físicas, mas as propriedades físicas das coisas são a fonte das propriedades apropriáveis. Assim, as propriedades físicas daquilo que chamamos de escada são a fonte das possibilidades apropriáveis. Sem essa referência das coisas ao apropriável pelo homem, as coisas não seriam nem boas nem más, estariam além do bem e do mal: “O bem é constitutivamente moral, mesmo no caso mais físico de sua escala. Sem sua preferência ao que é apropriado pelo homem, a escala não é boa, nem ruim, ou será bem ou malfeito, isso é outra questão”.<sup>19</sup>

Se o homem não fosse uma realidade moral capaz de se apropriar de possibilidades, as coisas não seriam nem boas nem más. O bem está constitutivamente fundamentado no caráter moral do homem.

É importante enfatizar que essa é uma noção formal de bem. As possibilidades de destruição, por exemplo, como possibilidades apropriadas, ainda são formalmente boas. Poderíamos então pensar que essa noção é completamente inútil, pois é redundante e vazia. No entanto, com o uso peculiar a que Zubiri a submete, pelo menos dois pontos se destacam: o primeiro é que o problema do bem e do mal deve ser colocado nessa respectividade ou abertura do homem à realidade. Não há bem ou mal metafísico, nem do lado das substâncias, nem do lado do sujeito. Sem essa abertura, não haveria bem ou mal. O bem é algo que está inscrito na realidade. O bem é algo que está inscrito na versão que a inteligência senciente e a vontade tendente têm da realidade como tal: “Aquilo que

---

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_ p. 381.

<sup>19</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 382.

chamamos de bom em geral é a formalidade que a realidade em geral tem, na medida em que é a própria definição das possibilidades que o homem tem como realidade”.<sup>20</sup>

E a segunda é que se trata de uma formalidade na qual a história da filosofia se desviou. Não é uma formalidade lógica, linguística ou racional, mas uma formalidade de sentimento, uma formalidade “física”, implícita em cada ato humano, para a qual existe um momento de bondade, um momento de apropriação em cada ato humano. Outra coisa é afirmar que essa bondade primordial implica em algum tipo de normatividade. Mas em nenhum lugar é dito que uma suposta orientação moral baseada na filosofia zubiriana deve vir do momento primordial. No entanto, o fato de Zubiri enraizar o problema do bem na realidade moral serve para ele polemizar com Aristóteles, Agostinho, Scheler e, em geral, contra qualquer concepção metafísica do bem.

Contra a tese de Aristóteles de que o bem é o que todos desejam, ele argumentará que o desejo no homem é inconcluso, que é uma tendência que precisa integrar um momento da realidade e isso já escapa ao mero desejo, é fruição. Para Zubiri, a fruição indica justamente a integração do momento da realidade ao prazer. Contra a tese de Scheler de que o valor é o termo estimável por si só, ele argumentará que os valores são valiosos por causa das propriedades reais das coisas, na medida em que são valiosas para o homem. Isso quer dizer que a realidade não possui atributos chamados valores. Os valores não são “essências” pré-estabelecidas, mas possibilidades apropriáveis: “Os valores são estimáveis por si mesmos e não por uma função subjetiva, portanto, o objetivamente valioso é o que é formalmente abordado pelo que chamamos de bem”.<sup>21</sup>

Contra a tese de Agostinho de que o mal é mera privação ou falta de perfeição de algo, ele argumentará que não há um caráter ontológico por si mesmo. O fato de essa ideia pressupor toda uma teoria metafísica é mais do que discutível. Uma deformidade, um câncer ou um terremoto não são um mal na ordem física, mas na medida em que amputam possibilidades. O mal está no fato de algo ser uma fonte de possibilidades positivas ou negativas para o ser humano. Não há mal físico além do mal moral: “(...) uma possibilidade apropriada é uma possibilidade à qual é dado um poder real e efetivo de ser minha própria imagem, ou seja, de tomar posse de mim”.<sup>22</sup> E mais: “O mal no

---

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_ p. 389.

<sup>21</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 383.

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_ p. 397.

homem não consiste na ausência de uma retidão, mas na presença positiva de uma aversão”.<sup>23</sup>

Em nenhum sentido, nem como uma tendência inata à desordem da vontade humana, o mal implica negatividade. O mal e o bem são sempre algo positivo.

## **6 O conceito de felicidade na ética zubiriana**

Segundo a filosofia de Zubiri, ser feliz é ser homem de uma forma plena: “(...) o homem deposita sua realidade em uma coisa a fim de se realizar nela, e o que ele deposita é sua felicidade. É olhando para as coisas do ponto de vista da felicidade que elas adquirem o caráter de propriedade apropriável, ou seja, o caráter de bem”.<sup>24</sup>

Mas plenitude tem aqui o sentido de real, não o sentido de um ideal regulador de perfeição. A forma humana de um criminoso é tão plena quanto a de um santo. A felicidade, o bem e a perfeição em seu sentido mais elementar não aparecem em Zubiri como opostos da imperfeição, do mal ou da infelicidade. Assim como a justificação, a moralidade e o bem, Zubiri submete a felicidade a uma consideração formal. A uma formalidade especial, a uma formalidade física, como a realidade na apreensão. A felicidade se refere aqui a uma estrutura inexorável do ser humano, não a um critério para decidir entre uma possibilidade ou outra, e muito menos a um tipo de ideal regulador que está empurrando gradualmente as decisões humanas das profundezas da constituição humana. Sem dúvida, trata-se de um termo usado por Zubiri com muita ambiguidade, o que imediatamente leva a colocar Zubiri na tradição eudemonista, ou seja, a busca de uma vida feliz, seja em âmbito individual seja coletivo, o princípio e fundamento dos valores morais, julgando eticamente positivas todas as ações que conduzam o homem à felicidade, neste sentido, podemos ser ousados em dizer que uma leitura mais atenta nos permite ver como ele submete o termo felicidade à mesma operação que o termo bem.

A ideia de felicidade tem um caráter indeterminado, e o homem é reduzido à condição de proceder por tentativa e erro. Ser triste ou feliz, essa é a condição inexorável do homem. Da mesma forma que, qualquer que seja a apropriação das possibilidades, o homem é um animal moral: “A palavra moral (...) significa puramente a conformidade

---

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_ p. 399.

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_ p. 391.

com uma tabela de valores. Significa a realidade física de uma maneira de se comportar como uma realidade humana e pessoal. A realidade humana é uma realidade moral”.<sup>25</sup>

O mais desafortunado dos mortais é um animal feliz, mesmo que essa expressão seja mais rangente, em oposição ao seu uso comum, do que o uso zubiriano da noção de "moral". Mas Zubiri submete todos os termos do discurso moral a uma operação semelhante. Por exemplo, o termo perfeição também é explicitado por Zubiri como uma determinação por parte do homem de como ser homem (*perfacere-perficere*): “O homem determina uma perfeição (*perfectio*). É precisamente a perfeição do homem que dá forma à realidade humana. Quando o homem resolve todas as situações de sua vida, é projetado por si mesmo na ordem da perfeição”.<sup>26</sup>

Ou o termo “bem-estar”, no qual aparece a mesma indeterminação que no bem (SH 403). E não poderia ser de outra forma, pois todos esses termos são questionados a partir de uma formalidade original da realidade e não de uma hipotética substância humana ou de uma determinada teoria metafísica antropológica. Zubiri, ao contrário de Aristóteles, não aponta nenhum conteúdo concreto da felicidade, embora sua análise, de certa forma, a delimite. Por um lado, a realização humana não pode consistir em contemplação, porque a realidade humana é uma realidade sentidamente aberta e, por outro lado, não pode consistir em mera complacência, porque a felicidade envolve toda a realidade do homem: “O homem, então, não é um animal de ideais por uma espécie de criação de idealidades (...) mas o homem é o animal de realidades. E isso acontece porque ele é inteligência senciente”.<sup>27</sup>

A pergunta que pode ser feita é o que a noção de felicidade usada por Zubiri acrescenta à noção de moralidade, e seria preciso responder que, despojada de suas ressonâncias tradicionais, ela acrescenta muito pouco a ela. Pode-se até pensar que se trata de uma noção redundante e que, de fato, Zubiri não a usará novamente nesse sentido em nenhum outro escrito posterior. Mas ela não é tão redundante se essa noção zubiriana de felicidade se tiver uma intenção crítica em relação ao eudemonismo e ao hedonismo presentes na atualidade. Zubiri, por sua vez, pensa na felicidade acima de tudo como um poder que o homem tem de se apropriar de possibilidades, de resolver situações, e não como uma tendência física ou natural à maneira do eudemonismo tradicional: “A tendência à felicidade não é que ela seja física e que, em um caso particular, possa ser

---

<sup>25</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 361.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_ p. 390.

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_ p. 394.

moralizada por considerações racionais, mas que, em si mesma, ela é um poder absoluto como poder moral”.<sup>28</sup>

Todas as outras possibilidades dependem desse poder. Ao tentar resolver cada situação em que se encontra, o ser humano delinea a figura do que ele é. Essa maneira concreta pela qual o homem se determina é a sua própria natureza. Essa maneira concreta pela qual o homem se determina é o que Zubiri chama de felicidade. A felicidade, nesse sentido, assim como o bem e a moralidade, não é uma mera possibilidade para o homem, mas uma possibilidade irrecusável. E é por isso que ela é sempre um problema em aberto. Zubiri afirmará que não há, portanto, oposição entre moralidade e felicidade, como quer Kant: “A realidade só é boa na medida em que pode ser apropriada. A realidade do próprio homem como totalmente apropriável é pura possibilidade, e somente como apropriável é moral”.<sup>29</sup>

A moralidade consiste na felicidade real e física do homem, não na responsabilidade. A responsabilidade não se esgota no juízo moral, mas deve incorporar o que é desejável e o que constitui o homem na realidade (SH 437). Agora, Kant exclui a felicidade do campo da moralidade porque a entende como a soma total de todos os bens sensíveis ou como uma inclinação ou tendência natural, porque está pensando no conceito hedonista de felicidade e não no conceito eudemonístico de realização com o qual não teria nenhum problema

## **7 A condição do dever**

O homem é uma realidade devedora, ele deve a si mesmo a sua própria felicidade. Ou seja, ele é sempre obrigado a se apropriar de certas possibilidades para resolver sua situação. Contra os empiristas e idealistas, Zubiri afirmará que não é possível opor o ser e o dever ser no homem. Os deveres não são uma imposição externa: “O dever não se opõe à realidade, mas está inscrito naquele forma de realidade que é a realidade humana, que é constitutivamente aberta a toda forma de realidade. O dever é um caráter que se sustenta na própria estrutura das possibilidades”.<sup>30</sup>

Nesse sentido, partir da impressão da realidade não é a solução da falácia naturalista, mas sua dissolução. A abordagem da falácia naturalista é baseada em

---

<sup>28</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 398.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_ p. 395.

<sup>30</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 397.

suposições metafísicas que contrastam com o fato radical da apreensão da realidade. O homem está constitutivamente ligado à felicidade, à resolução das situações e, na medida em que está ligado a essa possibilidade, está ligado a outras possibilidades. O dever não se opõe à realidade, nem à felicidade no sentido acima. Por que o homem é lançado para ser feliz, para realizar sua figura humana, que ele tem deveres.

Esse conceito de dever permitirá Zubiri confrontar com o hedonismo predominante e com a filosofia kantiana. Com relação ao primeiro, ele não encontrará nada a reprovar em sua insistência na complacência: “Uma moralidade alheia à complacência e ao bem-estar é quimérica”.<sup>31</sup>

Seu erro está em não perceber que a complacência e a utilidade dependem, no homem, de sua abertura à realidade e não exclusivamente de suas tendências.

Qualquer moral que ofereça felicidade ao homem seria desprovida de fundamento e de possibilidade para o homem, se não se baseasse em uma ideia de prazer, de utilidade ou inutilidade, justamente para alcançar essa felicidade. Uma moralidade que seja completamente alheia a todo prazer e bem-estar é uma moralidade quimérica.<sup>32</sup>

Neste sentido, Zubiri critica os kantianos pela divisão entre razão teórica (o que é) e razão prática (o que deve ser, as normas de ação). O fato de ter analisado a determinação do bem com o órgão da razão contribuiu para a separação entre a razão teórica e a razão prática! Mas antes da razão existe a inteligência senciente, o ponto de partida radical não é a razão, mas a inteligência. Assim, “*a coisa principal não é o normas, mas a fruição elementar das coisas*” (SH 405). Já vimos que a fruição significa para Zubiri a complacência com a realidade das coisas como realidade.

Mas que deveres o homem tem, que obrigações? É a razão que se aplica ainda mais à determinação desses deveres, dos bens e da felicidade concreta por meio de tateamento. Assim como a inteligência extrai a verdade da realidade, a razão tem que considerar o que é essa felicidade e esse bem em um exercício ulterior: “O que a inteligência pode dizer é de onde obterá sua verdade: a resposta é imediata, da realidade. Bem, com os deveres, nos encontramos em uma situação semelhante. A inteligência precisa considerar o que é a felicidade, nesse exercício, à razão”.<sup>33</sup>

As normas de ação são alcançadas pela ação de uma inteligência senciente. Elas não são ditadas nem por alguma instância externa à própria ação do homem, nem por uma

---

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_ p. 403.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_ p. 403.

<sup>33</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 412.

consciência que julga se há adequação entre uma essência já predeterminada do homem e determinações acidentais, nem por um sentimento moral que determina o que é conveniente e o que é inconveniente.

Não haveria possibilidade de um julgamento autoevidente de valores, se não houvesse essa intelecção evidente da realidade: evidente, mas estritamente intelectual. E justamente por ser uma inteligência senciente e evidente colocada em movimento, ela dá origem a uma razão prática, que é de uma ordem evidente, e é isso que, a rigor, é chamado de senso moral.<sup>34</sup>

É a razão prática que descobre os deveres que, por sua vez, dependem da consideração do que é melhor para o homem. A separação histórica entre a razão teórica e a razão prática, que se torna especialmente importante depois de Kant, deve-se ao fato de que a razão foi pensada principalmente como uma faculdade de julgamento que repousa sobre si mesma e não como uma modalidade da inteligência senciente e incidente que põe em movimento uma razão teórico-prática.

## **8 Virtude e responsabilidade**

Até agora, as análises de Zubiri sobre justificação, moralidade, o bem, a felicidade e o dever se moveram em uma esfera formal anterior ao sentido e à consciência, ou pelo menos foram inscritas em uma esfera muito mais ampla do que essas. O mesmo não acontece, entretanto, com a virtude e a responsabilidade. A virtude ou o vício sempre pressupõem a apropriação de uma determinada possibilidade. Eles são hábitos da realidade moral: “O problema da responsabilidade, portanto, não se esgota no problema do julgamento moral, mas deve incorporar o problema do desejável e, em geral, aquilo que constitui o homem na realidade, que não apenas apreende o bem, mas tende a ele na forma do desejável”.<sup>35</sup>

Mas também não são qualidades pura e simplesmente intencionais de uma consciência ou de uma vontade, mas sim o caráter físico que a configuração da personalidade tem, respondendo ou não, a uma ideia específica do homem em cada grupo social. A responsabilidade, por outro lado, pressupõe a consciência. Moralidade, consciência e responsabilidade não são termos conversíveis: “Toda responsabilidade pressupõe consciência e toda consciência pressupõe moralidade. A recíproca, entretanto,

---

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_ p. 438.

<sup>35</sup> \_\_\_\_\_ p. 439.

não é verdadeira. Nem tudo o que é moral é essencialmente consciente, nem toda consciência moral é responsável”.<sup>36</sup>

A moralidade é primária. Ela começa quando a inteligência intervém, assumindo o controle da realidade. Na medida em que se entende que algo é ou não é apropriado, surge a consciência moral e, finalmente, quando não apenas a percebemos, mas também começamos a medir o que é bom e o que é ruim, podemos falar de responsabilidade: “É somente quando o homem, ao se apropriar de certas possibilidades com maior ou menor responsabilidade para si mesmo, é capaz de fazer de si mesmo o objeto de sua própria vontade, que ele é capaz de fazer de si mesmo um caráter moral”.<sup>37</sup>

Uma vez que as possibilidades derivam das coisas, dos dons e do corpo social, o homem é forçado a medi-las pela própria ideia que ele tem de felicidade; uma ideia que, em grande parte, é dada a ele por outros. Mas isso não significa que a responsabilidade moral seja medida por ideais morais, ou pela retidão intelectual e volitiva que esse homem preza, mas por uma arte moral que consiste em moldar uma figura moral viável para cada indivíduo. A formação responsável do homem não consiste em suprimir as tendências; isso é muito difícil e, no caso de tendências profundas, impossível: “As tendências reprimidas realizam seu trabalho em outros efeitos. O trabalho de adequação moral não consiste em suprimir as tendências porque são ruins, mas em preservá-las a fim de conduzi-las em outra direção”.<sup>38</sup> E ainda:

O reflexo da personalidade humana, mesmo no caso de maior necessidade de intervenção clínica, é a possibilidade de realizar o trabalho, não de suprimir as tendências, mas de buscar um sistema coerente de efeitos secundários que trace de fato e efetivamente, sem suprimir aquela tendência, uma figura moral viável para o indivíduo.<sup>39</sup>

## **9 Relativismo no campo moral**

A realidade moral, que é sempre uma realidade social e histórica concreta, é altamente variável e multiforme. Todo homem recebe de outros um sistema de deveres que lhe é imposto e que, por sua vez, foi herdado de outras culturas e de outros povos. O indivíduo não tira a moral de sua própria cabeça, mas a recebe de outros.

---

<sup>36</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 436.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_ p. 439.

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_ p. 438.

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_ p. 439.

O homem se encontra na mais modesta das situações em que tem de lidar com a realidade; ele está acima de si mesmo. E justamente por estar acima de si mesmo, o homem não pode deixar de definir – com uma necessidade física – um sistema de possibilidades de realização.<sup>40</sup>

O relativismo cultural ainda não é suficientemente relativista porque não há apenas uma multiplicidade social de deveres, mas também uma multiplicidade assustadora de ideias sobre o homem em diferentes sociedades ou culturas e em cada uma delas. E, além disso, essa ideia de homem muda historicamente em cada sociedade e em diferentes sociedades. Não há nada de eterno na moralidade. Para Zubiri, o desenvolvimento moral não é uma conservação da forma com uma mudança de matéria, mas uma mudança real e efetiva de possibilidades apropriáveis: “Uma moralidade que não resiste ao teste da universalidade é radicalmente prejudicada por sua base. O relativismo aparente nada mais é do que um desenvolvimento de possibilidades que estão incoativamente na própria suscetibilidade humana”.<sup>41</sup>

A insuficiência do relativismo moral reside em não perceber que a sociedade não é a fonte do caráter devedor dos deveres. É pelo fato de os indivíduos serem constitutivamente devedores que a sociedade pode organizar um sistema de deveres. E, portanto, está longe de ser evidente que os únicos deveres que o homem pode receber vêm da sociedade.

Normalmente, as mudanças morais que ocorrem em um determinado grupo social não são mudanças na moralidade, mas o desenvolvimento de uma certa moralidade, de certas possibilidades inscritas em uma ideia de homem que as circunstâncias históricas trazem. Entretanto, há mudanças sociais radicais que, em um momento ou outro, sentiram sua própria ideia de homem desmoronar e tiveram de dar origem a formas sociais completamente diferentes. Aqui há uma mudança moral.

O problema da moralidade dentro de uma sociedade não é um problema especulativo de ideias morais, mas de verdade moral real e efetiva, ou seja, de que maneira certas possibilidades, que estão presentes em uma situação concreta daquela sociedade, estão ou não implícitas na moralidade real.<sup>42</sup>

Mas, mesmo assim, mesmo que haja uma mudança drástica no que o ser humano pode dar de si mesmo, Zubiri afirma que há uma coisa que não muda: a abertura para a

---

<sup>40</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 421.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_ p. 431.

<sup>42</sup> ZUBIRI, Xavier. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016, p. 430.

realidade e o caráter devedor dessa abertura. Estas duas observações, o caráter devedor e a abertura à realidade, serão suficientes para Zubiri afirmar que o relativismo aparente e efetivo envolve essencialmente um aspecto de universalidade.

O relativismo aparente nada mais é do que um desenvolvimento de possibilidades, um desdobramento das possibilidades que incoerentemente se encontram na própria substancialidade humana. Isso deixa claro que em toda moralidade não há apenas um elemento concreto, mas um momento universal: “Uma moralidade que não resiste ao teste da universalidade é radicalmente prejudicada por sua base. O relativismo aparente nada mais é do que um desenvolvimento de possibilidades que estão espantado na própria suscetibilidade humana”.<sup>43</sup>

Em suma, o problema moral para Zubiri não é mais, na época de 1954, um problema especulativo, nem um problema de valores, objetividades, intenções ou ideias. Tampouco é um problema existencial ou um problema de significado, mas um problema de realidade moral, de "verdade moral", da verdade física da moralidade. Não é o sistema de conceitos que o homem emprega que tem a última palavra, mas a própria realidade.

A moralidade muda em sua forma, mas o aspecto moral dessa moralidade não muda. Não é o sistema de conceitos que o homem usa que tem a última palavra, mas a própria realidade. Diante da própria realidade, o homem precisa fazer uso de seus conceitos, não um uso puramente conceitual e racional, mas um uso fundamentado.<sup>44</sup>

O homem está aberto a uma perfeição maior ou menor e não sabe o que é essa perfeição. Ele tem que determinar por tentativa e erro o tipo de perfeição que lhe é acessível na sociedade e na história e tem que testar e descobrir o que é universalizável e o que não é na experiência histórica.

### **Considerações finais**

Em todas as interpretações éticas às quais o pensamento zubiriano deu origem, observamos uma correspondência entre o método filosófico proposto pelo autor e o método utilizado como caminho genitores para uma ética do cuidado. Os problemas contemporâneos atravessam todo o debate ético dando base para uma filosofia analítica, fenomenológica e hermenêutica da realidade. A formalidade da realidade constitui o

---

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_ p. 431.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_ p. 432.

suporte estrutural para toda compreensão (linguística ou não) do mundo. Há um momento irreduzível de alteridade em todo ato humano, que imprime sua força e alimenta a criatividade de toda verdade lógica. Zubiri nos abre para uma compreensão fenomenológica do cuidado a partindo da tese de que o homem precisa assumir à realidade humana e se assumir com ela. A história é o lugar da realização ética. A partir do momento em que o homem assume sua realidade, como algo dado no sentimento humano e não conquistado pela razão, desperta para um cuidado de si e do mundo.

### **Referências**

BIBLIA – *Tradução Ecumênica da Bíblia*. São Paulo: Loyola, 1997.

COROMINAS, Jordi. *La ética de Xavier Zubiri*. NICOLÁS, Juan Antonio (org.). *Guía Comares de Xavier Zubiri*. Granada: Comares, 2011.

ZUBIRI, Xavier. *Cinco lições de filosofia*. São Paulo: É Realizações, 2012.

\_\_\_\_\_. *Natureza, História, Deus. (NHD)* 1ª ed. São Paulo: Ed. É Realizações, 2010.

\_\_\_\_\_. *Inteligência e Realidade*. São Paulo: Ed. É Realizações, 2011.

\_\_\_\_\_. *Sobre el Hombre*. Madrid: Alianza, 2016.

*Recebido em: 07/08/2024*

*Aprovado em: 30/09/2024*